

# Conflitos de terra agitam debate dos constituintes

Os conflitos de terra vieram novamente à tona, ontem, na reunião da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma agrária. A presença do presidente da Confederação Nacional de Agricultura, Flávio Brito e do presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Menezes, com sugestões à Constituição levantaram divergências entre os constituintes que defendem a reforma agrária no país.

Apenas em um ponto as opiniões foram unânimes: a constatação de que a agricultura brasileira sempre foi a enxada do governo, de onde foram retirados recursos para a instalação do parque industrial através do confisco dos produtos agrícolas de exportação como o café, carne e açúcar, que eram culturas lucrativas no passado. Enquanto foram construídos aeroportos de 300 bilhões de dólares, como o de Confins em Belo Horizonte, com lucros de 40% sobre o valor da obra para a empreiteira responsável um terço da produção agrícola se perde anualmente pela falta de armazéns e cilos, um problema crônico há mais de trinta anos.

Concordando nestes pontos defendidos pelo presidente da Confederação Nacional de Agricultura, o constituinte Oswaldo Lima Filho (PMDB/PE), relator da subcomissão, passou em seguida às divergências. Contestou a afirmativa de que não existe concentração de terra no Brasil e assegurou que no país estão os piores quadros de

concentração do mundo, com 400 séculos de latifúndios.

Argumentou, citando dados do Inbra, segundo os quais de 1967 a 1984 as propriedades com mais de mil hectares aumentaram a sua área de 46% para 58%, enquanto a fatia do território nacional para as pequenas propriedades — com menos de 100 hectares — diminuiu de 18% para 14%.

Oswaldo Lima Filho disse, ainda, que o crédito agrícola em abundância concedido aos pecuaristas do Nordeste, serviram apenas para a compra de áreas adjacentes. Responsabilizou em seguida o Proálcool pela saída de 200 mil pequenos proprietários do norte do Paraná e do Oeste de São Paulo para o sul do Mato Grosso, região anteriormente vazia e que, na sua opinião, teria sido a mais indicada para o Proálcool.

Para ilustrar, destacou que a proporção atual é de 20% da terra para pequenos proprietários, contra 80% nas mãos de grandes proprietários, com o agravante de que 60% da produção de alimentos tem a sua origem nas pequenas propriedades rurais.

Enquanto 3 milhões e 300 mil trabalhadores rurais são devidamente registrados, outros 7 milhões de boias-frias circulam pelas estradas em busca de trabalho. Oswaldo Lima lembrou que a lei do sítio, criada através de decreto pelo presidente Castelo Branco, determinando 2% da grande propriedade (monocultura) para o plantio de subsistência, nunca chegou a ser cumprida no Brasil.

## Diretor da ESAF acha o federalismo só aspiração

Ao falar ontem na subcomissão dos municípios e regiões, presidida pelo deputado Luiz Alberto Rodrigues, PMDB-MG, dentro do painel "O Município e a Reforma Tributária". Osires de Azevedo Lopes Filho, diretor da Escola Superior de Administração Fazendária, atribuiu a fraqueza de nosso federalismo político à fraqueza de nosso federalismo fiscal.

Lopes Filho começou lembrando que a experiência republicana tem consagrado em todas as constituições o federalismo, no seu artigo primeiro. Não obstante, o federalismo tem-se revelado mais uma aspiração do que uma realidade, uma forma estruturada de descentralização de poderes e recursos. E afirmou: "O federalismo fiscal, que daria substância ao federalismo jurídico e político, tem-se revelado tibio e canhestro". "Hoje parece corresponder às esperanças e aos desejos da população que se pratique efetivamente um federalismo do tipo cooperativo e

funcional, onde tenham significado no pacto federativo, não apenas a União e os estados-membros, mas também os municípios, territórios, entidades de desenvolvimento regional e as zonas metropolitanas, novas entidades que vão surgindo impostas pela especificidade do desenvolvimento do país, e pela necessidade de apresentação de soluções aos problemas emergentes".

Ao abordar especificamente o problema dos municípios, Lopes Filho disse que eles desempenham papel significativo no setor público do país. "São responsáveis por variada gama de serviços públicos, cuja prestação tem sido claudicante, justamente pela falta de recursos para realizá-los". Segundo ele, dentro desse quadro ressalta a necessidade de fixação das responsabilidades dos municípios e respectiva atribuição de recursos, para que possam desempenhá-las, senão em nível ótimo, pelo menos satisfatório.